

Sindicatos divulgam manifesto

Os trabalhadores de Brasília não admitem ficar de fora da solenidade de abertura da Assembléia Nacional Constituinte. Em carta divulgada ontem eles se autoconvidaram para a festa a ser realizada em frente ao Congresso Nacional, quando deixarão claro que estão atentos para a defesa dos interesses dos assalariados durante o período de elaboração da nova Constituição.

Assinada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), por 27 entidades sindicais e associações comunitárias e por quatro partidos políticos (PT, PDT, PCB e PSB), a carta relata uma série infundável de problemas porque passa o País, desde a persistência do autoritarismo e sua legislação incompatível com os novos tempos até a concentração da renda nas mãos do capital, em detrimento do trabalho.

“Vivenciamos, hoje, um

completo desgoverno no que diz respeito aos destinos do País. Os diversos setores da sociedade assistem, atônitos, tanto ao fracasso galopante dos planos econômicos do Governo, quanto ao aprofundamento das divergências políticas que ocorrem dentro do próprio aparelho governamental”, diz a nota dos trabalhadores.

Conforme os signatários do documento, a mobilização em torno da Assembléia Nacional Constituinte é um desdobramento da experiência unitária adquirida durante as manifestações de novembro contra as mudanças feitas na economia através de decretos-lei. Segundo eles, a presença do povo na Constituinte vai se dar também por meio das candidaturas populares e progressistas recém-eleitas.

A frente sindical e política propõe uma série de mudanças para o País, entre

elas um verdadeiro e consequente congelamento de preços, sob controle dos sindicatos e a garantia do abastecimento. Além disso ela reivindica piso salarial calculado pelo Dieese, reposição salarial, participação dos sindicatos na elaboração dos índices do custo de vida, estatização do sistema financeiro e dos sistemas educacional e de saúde, dos meios de comunicação, da produção de energia, da extração mineral, da indústria farmacêutica, do comércio exterior e dos transportes de massas, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, discussão ampla sobre o pagamento da dívida externa, mudança na política agrária, política habitacional e industrial, estabilidade no emprego, eleições diretas em todos os níveis para o DF e os territórios, autonomia e liberdade sindicais, e fim do entulho autoritário e leis de exceção.